



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ VALE RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THEREZINHA



TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

O presente termo de referência é a contratação de empresa credenciada no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), para a elaboração de cortes transversais, fachadas, e possíveis alterações na planta baixa, que segue em anexo no documento, bem como a elaboração e implementação do Projeto de Prevenção e Combate Contra Incêndio e Controle de Pânico do Hospital Maternidade Santa Therezinha, localizado na Rua Professora Maria Emília Esteves, 617, centro, situado na cidade de São José do Vale do Rio Preto – RJ.

Por conseguinte, a regularização junto ao CBMERJ, quanto às medidas de segurança contra incêndio e pânico, necessários para a implementação da obra referente à adequação do edifício e, em seguida, a solicitação do Certificado de Aprovação.

O Hospital Maternidade Santa Therezinha possui APROXIMADAMENTE 3.000m² de área construída, com 01 (hum) pavimento.

2- OBJETIVOS

Contratação de empresa especializada na elaboração, desenvolvimento e implementação do Projeto de Prevenção de Combate Contra Incêndio e Pânico, de acordo com sua especialidade objetivando atender a adequação conforme legislação vigente e legalização no órgão competente, neste caso o CBMERJ.

3- DA JUSTIFICATIVA



3.1 A contratação se faz necessária, pois este edifício hospitalar precisa atender às regras de segurança contra incêndio e pânico determinado pelo CBMERJ. Garantindo assim, segurança preventiva e efetividade no combate a incêndio e controle de pânico, de acordo com as exigências das Normas Técnicas atuais que orientam a instalação e manutenção de Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio para edificações públicas.

3.2 A regularização do Projeto de Prevenção de Combate Contra Incêndio e Pânico é imprescindível para legalização Hospital Maternidade Santa Therezinha junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ).

O PPCI é um mapa que descreve todo o sistema de segurança e prevenção contra incêndio e pânico, ou seja, define os tipos de equipamentos e acessórios utilizados, com localização e funcionamento a fim de proporcionar condições satisfatórias de segurança preventiva, pessoal e patrimonial. Haja vista a especificidade do Projeto, faz-se imprescindível a presente licitação.

4- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O projeto a ser concebido deverá obedecer a legislação específica enquadrar-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6º, Inciso XXI, Alínea “a”, da Lei nº 14.133, de 2021.

5- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será vencedora a licitante que apresentar o MENOR VALOR GLOBAL.

6- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO

6.1 A execução dos serviços será iniciada, imediatamente, após a assinatura do contrato.

6.2 Para a execução será necessário a elaboração prévia de orçamentos com base no projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, o que inviabiliza a



previsão dos serviços a serem executados sem análise e Laudo de Exigência do CBMERJ. Portanto, a primeira fase deve ser a aprovação do projeto e posterior contratação para a execução dos serviços necessários.

6.3 Especificações dos serviços a serem realizados:

- Preecher o requerimento padrão através do site www.dgst.cbmrj.gov.br e coletar assinaturas;
- Emitir e efetuar o pagamento do DAEM relativo ao serviço realizado;
- Laudo de Exigências e Certificado de Aprovação das edificações;
- Elaborar projetos contra Incêndio e Pânico do Imóvel da planta em anexo e obtenção do Laudo de Exigências junto ao CBMERJ;
- Emitir e efetuar o pagamento das ART's pertinentes junto ao CREA/RJ;
- Adequar o jogo de plantas de arquitetura às exigências do Corpo de Bombeiros;
- Providenciar assinaturas do representante legal do formulário;
- Montar o processo, com documentação, memória de cálculo, jogo de plantas de arquitetura com projeto preventivo contra incêndio e pânico e as taxas exigidas, dar entrada e seguir a tramitação de todo o processo, no Corpo de Bombeiros, inclusive a realização de revisões exigidas;
- Receber do Corpo de Bombeiros o Projeto Aprovado e o Laudo de Exigências e entregar ao contratante o original do Projeto Aprovado e do Laudo de Exigências.

6.4 O prazo de execução dos serviços será de **30 (Trinta) dias corridos** , podendo ser prorrogável por igual período quando necessário.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 O serviço deve ser realizado por profissional Engenheiro de Segurança credenciado pelo Corpo de Bombeiros.

7.2 O Projeto de Prevenção e Combate Contra Incêndio e Controle de Pânico deverá estar em pleno acordo com o decreto nº 042/2018:

- Normas Técnicas e Legislações Vigentes, inclusive Legislações Ambientais, dentre as quais: Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as Resoluções RDC da Agência



Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP/RJ);

- Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO),
- Instruções e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e dos Órgãos do Sistema do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA).

7.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.4 Refazer o serviço executado quanto este não estiver de acordo e não for aceito pelo fiscal da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma;

7.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à PMNF (equipamentos, instalações, etc.) por seus funcionários ou prepostos, desde que comprovada a responsabilidade dos mesmos;

7.6 Recolher os tributos Federais, Estaduais e Municipais, incluindo as taxas do Corpo de Bombeiros, ART do CREA e outros, decorrentes da prestação de serviços em vigência no contrato que, por lei, sejam de responsabilidade da CONTRATADA, fornecendo-os à CONTRATANTE, quando solicitado;

7.7 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Carteiras Profissionais devidamente registradas e atualizadas, cartão de vacinas atualizado, apresentando os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;

7.8 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas pela CONTRATANTE;

7.9 Caso a CONTRATADA não possua matriz ou filial na cidade de execução do serviço, designar formalmente, durante a vigência do contrato, preposto com autonomia ampla, geral e irrestrita, para acompanhamento contratual, inclusive nas tomadas de decisões sobre qualquer assunto referente ao objeto e demais itens deste Termo;

7.10 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;



7.11 Manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiver acesso por força do contrato, sob pena de, não o fazendo, responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida;

7.12 As taxas de ART, análise do projeto e emissão do Laudo de Exigência do Corpo de Bombeiros, as cópias e impressões das plantas e documentos, serviços cartoriais, deslocamentos e acompanhamento do processo, deverão estar incluídas na proposta apresentada;

7.13 O projeto deverá obedecer o Decreto nº 042/2018 CBMERJ que decreta o “Código de Segurança contra Incêndio e Pânico”, às Resoluções Complementares da Secretaria Estadual de Defesa Civil (SEDEC), o Decreto Estadual N° 35.671 de 09 de junho de 2004 que decreta a “Segurança contra Incêndio e Pânico nas Edificações Construídas Anteriormente a Vigência do Decreto N° 897/76” e ao Decreto Estadual N° 44.035/13 que “Estabelece os requisitos mínimos de segurança contra incêndio e pânico em centros esportivos, de eventos e de exibição e dá outras providências”.

8- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3 Notificar à CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;



- 8.6 Indicar as áreas onde os serviços serão executados e prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 8.7. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, manifestando-se por intermédio do Fiscal do Contrato, quando necessária a correção de quaisquer falhas detectadas.

9- CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos art. 104º, Inciso III, da Lei nº 14.133 de 2021.
- 9.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 9.4. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 9.5. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 9.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência,

resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 9.7. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 9.8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 9.9. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Art. nº 117 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 9.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Art. 104, Inciso IV da Lei de nº 14.133 de 2021.
- 9.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os Artigos de nº 119 e 120 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 9.12. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração do Hospital Maternidade Santa Theresinha ou de seus

agentes e prepostos, de conformidade com os Artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133 de 2021.

- 9.13. Fica designado à diretora, Brenda Magrani da Cunha, matrícula 3568 e a administradora geral do hospital, Giovana Figueredo Pires, matrícula 4205, à fiscalização do contrato.

São José do Vale do Rio Preto, 13 de Março de 2023.

GIOVANA FIGUEREDO PIRES
Administradora Geral do Hospital





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO
RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO
SJVRP/RJ - CEP: 25780-000
FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO
168D7DBD6F834EE8A9FB7593677B9ACE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/168D7DBD6F834EE8A9FB7593677B9ACE>